



TRÊS ANOS DO 8/1

Poderees estremecidos no ato pela democracia

Evento para lembrar a ofensiva expõe tensão entre instituições. Sem os presidentes da Câmara e do Senado, Lula fará cerimônia no Planalto, em que pode vetar PL da Dosimetria, que beneficia os golpistas. STF também tem programação alusiva à data

» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND
» WAL LIMA

O Brasil chega ao terceiro aniversário dos ataques de 8 de janeiro em meio a um novo ciclo de embates políticos e institucionais. No centro da disputa está o Projeto de Lei da Dosimetria, aprovado pelo Congresso em dezembro e que altera regras de cálculo e progressão de penas para crimes contra a democracia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve vetar integralmente a proposta até segunda-feira, dentro do prazo constitucional de 15 dias úteis, mas aliados indicam que o gesto será feito hoje, na cerimônia no Palácio do Planalto alusiva à data, pelo simbolismo: o dia em que o país relembra a ofensiva de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro aos Três Poderes, a maior investida contra as instituições desde a redemocratização.

O impasse em torno da proposta acentuou o distanciamento entre Executivo e Legislativo. Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), por sinal, decidiram não participar do ato oficial promovido pelo governo nesta quinta-feira. A ausência repete o padrão dos anos anteriores e ocorre num momento em que o Congresso se vê pressionado pela iminência do veto presidencial a um texto aprovado por ampla maioria. Diferentemente do Executivo e do Judiciário, o Legislativo não programou nenhuma cerimônia própria para marcar a data.

Do lado do governo, o evento deste ano ganha um peso político adicional. Além da defesa da democracia e da rejeição a qualquer anistia aos golpistas, o Planalto incorporou ao discurso a noção de soberania nacional e de defesa da paz na América do Sul, em meio à crise envolvendo a Venezuela e os Estados Unidos. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o continente enfrenta ameaças “como não se via desde os tempos da Guerra Fria”. O ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, responsável pela organização do ato, reforçou que o foco central continua sendo a condenação do golpismo, mas que o contexto internacional exige uma abordagem mais ampla. A cerimônia, no Salão Nobre do Planalto, às 10h, se estenderá para a área externa, com participação de movimentos sociais e militantes.

Por sua vez, o ex-líder da oposição na Câmara Luciano Zucco (PL-RS) citou a importância da dosimetria no que chamou de combate à perseguição e à maldade que estão fazendo com Bolsonaro e de envolvidos no 8/1. Seguindo ele, se Lula vetar “assumirá a responsabilidade por manter um ambiente de perseguição e insegurança jurídica no país”.

A Corte Suprema também transformou o 8 de Janeiro em marco de memória institucional. Hoje, o STF promove uma programação aberta ao público dentro da campanha Democracia Inabalada, com exposição, exibição de documentário, debates com jornalistas que

pacífico

Justiça e democracia

Balanco dos três anos do 8 de Janeiro. Dados mostram o destino judicial dos réus até dezembro de 2025

O FUNIL DA RESPONSABILIZAÇÃO	AS SENTENÇAS
<div><div></div><div>1.734 ações penais autuadas.</div></div> <div><div></div><div>Responsabilizados: 1.374 pessoas (810 condenadas + 564 acordos homologados)</div></div> <div><div></div><div>Absolvidas: 14 pessoas.</div></div>	<div><div></div><div>45% Acordos: réus que confessaram e pagaram multas;</div></div> <div><div></div><div>31% Condenações leves: penas de até 2 anos e meio;</div></div> <div><div></div><div>24% Condenações graves: crimes como golpe de Estado e abolição do Estado de Direito;</div></div> <div><div></div><div><small>*Apenas 5% do total receberam condenações superiores a 12 anos.</small></div></div>
O PESO DA LEI (CRIMES GRAVES)	O CAMINHO DA RESSOCIALIZAÇÃO (ACORDOS E CRIMES LEVES)
<div><div></div><div>395 condenados por crimes graves:</div></div> <div><div></div><div>Prisões de 3 anos a 17 anos e 6 meses.</div></div> <div><div></div><div>Crimes: golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio público.</div></div>	<div><div></div><div>564 que fizeram acordos e 415 condenados por crimes menores</div></div> <div><div></div><div>Serviços à comunidade: entre 150 horas (acordos) e 225 horas (condenados)</div></div> <div><div></div><div>Educação democrática: participação obrigatória em curso sobre Democracia e Estado de Direito.</div></div> <div><div></div><div>Restrições: proibição ao uso de redes sociais abertas e uso de tornozeleira eletrônica (por 1 ano para os condenados)</div></div>
A CONTA DA DESTRUIÇÃO	
<div><div></div><div>R\$ 30 milhões</div></div> <div>Valor fixado para indenização por danos morais coletivos (pago de forma solidária pelos condenados por crimes graves);</div>	<div><div></div><div>+ R\$ 3 milhões</div></div> <div>Valores recuperados (até o momento) aos cofres públicos por meio de multas de acordos.</div>
MONITORAMENTO E FORAGIDOS	
<div><div></div><div>Foragidos:</div></div> <div><div></div><div>122 pessoas;</div></div>	<div><div></div><div>Extradições:</div></div> <div><div></div><div>61 pedidos formais já enviados pelo STF para o exterior;</div></div> <div><div></div><div>Em trâmite:</div></div> <div><div></div><div>346 ações penais em fase final e 98 denúncias contra financiadores.</div></div>

Fonte: STF/Gabinete Alexandre de Moraes

cobriram os ataques e uma mesa-redonda com pesquisadores, juristas e especialistas em democracia.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, disse, ontem, que o episódio foi uma “uma tentativa organizada de ruptura democrática”. Em entrevista ao Valor Econômico, frisou que não se tratou de manifestação política, mas de uma das mais graves afrontas ao Estado Democrático de Direito desde a redemocratização, e que a resposta do Supremo e das demais instituições demonstrou a força do sistema constitucional.

Fachin destacou que os responsáveis foram identificados e responsabilizados dentro do devido processo legal e que o papel do STF como guardião da Constituição foi essencial para conter e reverter a ofensiva autoritária. Para o ministro, a democracia brasileira provou não ser frágil. “Defender as instituições não é um ato ideológico, é um dever cívico”, enfatizou.

Evento na praça

Já o PT organiza um ato próprio na Praça dos Três Poderes, reunindo militantes, parlamentares e dirigentes em defesa da democracia e contra qualquer tentativa de anistia.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou estar confiante de que Lula vetará hoje o PL da Dosimetria e frisou que a base tem condições de sustentar o veto no Congresso. “É uma tarefa totalmente possível, ainda mais com mais de um mês para trabalhar esse cenário”, destacou em coletiva de imprensa.

A direita também se mobiliza e promete fazer manifestações, hoje, pela abolição ou redução de penas para os golpistas.

» Dia em Defesa da Democracia

O 8 de Janeiro ganhou mais um significado em Brasília. A data passou a compor o Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal como o Dia em Defesa da Democracia. A proposta é do deputado distrital Gabriel Magno (PT). Ao Correio, ele relembrou a visita que fez às sedes dos Três Poderes após a depredação dos golpistas bolsonaristas. “Essa foi uma das sensações mais tristes que tive, não só pelo valor histórico que esses monumentos têm, pelos prédios, mas também pelas várias obras artísticas que fazem parte da história social, política e cultural do país”, disse.

Memória

Foco em Bolsonaro

O PL da Dosimetria reduz penas dos condenados pelo 8 de Janeiro e beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro. O placar da aprovação no Senado, em 17 de dezembro, foi de 48 votos a favor e 25 contrários. O ex-chefe do Poder Executivo, preso na Superintendência Regional da Polícia Federal em Brasília, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal a 27 anos e três meses de prisão e terá a pena reduzida para 20 anos. O tempo em regime fechado pode cair de seis anos e 10 meses para dois anos e quatro meses.

Condenações e inquéritos

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD
» FERNANDA STRICKLAND

Pela primeira vez, os eventos marcados para lembrar o 8/1 ocorrem após a condenação dos responsáveis por articular os atentados. Além dos mandantes estarem presos, o inquérito contra os que participaram da trama avançou em busca de respostas céleres.

Na tarde de 8 de janeiro de 2023, a Praça dos Três Poderes foi invadida por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. As imagens transmitidas ao vivo mostraram a destruição das sedes do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Os extremistas vestiam verde e amarelo, clamavam por intervenção militar. Os golpistas invadiram prédios, agrediram policiais e destruíram instalações, móveis, documentos e obras de arte.

Para o professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira, rememorar um episódio recente da história brasileira pode educar para que fatos como esse não ocorram novamente.

“Essa prática faz parte do que se nomeia como Justiça de Transição: a preservação da memória para futuras gerações é uma medida que dificulta a recorência, principalmente se vier aliada a outras medidas de contenção dos atos golpistas”, disse.

Até dezembro do ano passado, a Primeira Turma do STF condenou 810 pessoas, sendo 395 por crimes mais graves e 415 por crimes menos severos. Houve 14 absolvições. Também foram homologados 564 acordos de não persecução penal, firmados com autores de infrações de menor

potencial ofensivo, que preveem medidas como prestação de serviços à comunidade e cursos sobre democracia. Esses acordos resultaram no ressarcimento de mais de R\$ 3 milhões aos cofres públicos, destinados à reparação dos danos materiais causados pelos ataques (veja arte).

Financiadores

Permanecem em tramitação 346 ações penais em fase final de instrução e 98 denúncias já oferecidas, em sua maioria relacionadas a financiadores dos atos, que demandaram investigações mais complexas.

Os ataques golpistas ocorreram antes de os planos do alto escalão do governo Bolsonaro serem conhecidos. Investigações da Polícia Federal que resultaram em indiciamentos apontam que o 8 de Janeiro estava ligado à trama que envolvia militares, ministros e o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, apontado como o líder da tentativa de golpe.

O professor de direito constitucional Nauê Bernardo de Azevedo, do Ibmec Brasília, avalia que, três anos depois, ainda se vê uma enorme cisão de visões a respeito do que ocorreu naquele dia. “Um evento como esse representa um ataque muito grande à boa política e, até o momento, o país enfrenta dificuldades para virar essa página, visto que a disputa de narrativas ao redor do ataque”, observa.

Recuperação

No Supremo Tribunal Federal, a depredação feita pelos golpistas atingiu de forma severa o acervo artístico e histórico: 131 bens culturais foram danificados, dos

quais 109 já passaram por restauração, enquanto nove aguardam recuperação. Outros 13 itens foram considerados inservíveis, e 17 foram furtados.

Na Câmara, o impacto recaiu de forma significativa sobre o acervo artístico e os chamados presentes protocolares recebidos por presidentes da Casa ao longo de décadas. Levantamento atualizado até 17 de dezembro de 2025 aponta que 64 itens foram afetados pelos ataques. Desse total, 55 passaram por tratamento. Obras de grande relevância, como painéis de Athos Bulcão, esculturas de Alfredo Ceschiatti, Victor Brecheret e vitrais de Marianne Peretti, foram higienizadas ou restauradas e, em alguns casos, já retornaram à exposição pública.

O documento também detalha a situação de 46 presentes protocolares, entre eles objetos oferecidos por chefes de Estado e autoridades estrangeiras. Até o fim de 2025, 40 itens tiveram o tratamento finalizado, quatro ainda aguardam restauro, um foi recuperado e um permanece desaparecido. Entre os bens ainda pendentes de recuperação estão vasos de porcelana e peças de alto valor simbólico, enquanto uma joia protocolar identificada como The Pearl consta como desaparecida.

No Senado, o processo de recomposição foi concluído em 2025. No Senado Federal, o processo de recomposição foi concluído em 2025. Segundo a Casa, foram realizadas intervenções de engenharia, restauração de obras e mobiliários, substituição de equipamentos, recuperação de estruturas, repintura de áreas afetadas e modernização de sistemas de segurança e tecnologia.

